

Andali S. A

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.

The Five East Batel

Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel

Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil

Telefone +55 (41) 3304-2500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores de

Andali S.A

Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Andali S.A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Andali S.A em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita com clientes

Veja a nota explicativa nº 6 (a) e 27 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
As principais fontes de receita da Companhia são a prestação de serviços na industrialização, armazenamento e o carregamento e descarga a granel de fertilizantes nos módulos ferroviário e rodoviário. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ou a mercadoria ao cliente, de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente. Os ingressos e receitas de prestação de serviços são reconhecidos tendo-se como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente. A transferência de controle das vendas de mercadorias ocorre quando os produtos são entregues e aceitas pelos clientes em suas instalações. Consequentemente, no final de cada período, a Companhia estima o montante das vendas faturadas em que os serviços ainda não foram prestados e vendas faturadas que ainda não foram entregues e aceitas pelos clientes em suas instalações. A estimativa do montante das mercadorias em trânsito é calculada com base no tempo em que, historicamente, a mercadoria leva para ser transportada das dependências da Companhia até a região em que as instalações dos clientes estão localizadas. Devido a relevância dos valores envolvidos, a natureza e extensão dos procedimentos de auditoria necessários para tratar do assunto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: • Avaliação, com base em uma amostra, do reconhecimento da receita de prestação de serviços tendo-se como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, além disso ampliamos nossa abordagem de auditoria por meio da utilização de procedimentos automatizados de análise de dados, aplicados nos lançamentos contábeis de receita, com o objetivo de identificar transações e padrões atípicos que pudessem indicar riscos de distorção relevante; • Avaliação, com base em uma amostra, dos comprovantes de entrega e aceite dos produtos pelos clientes; e • Avaliação sobre se as divulgações nas demonstrações financeiras da Companhia consideram as informações relevantes relacionadas ao reconhecimento da receita. Com base nos procedimentos acima sumarizados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas de vendas de serviços e mercadorias, incluindo a estimativa preparada pela administração sobre o montante dos serviços e mercadorias em trânsito no final do exercício, bem como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 27 de Março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Cristiano Aurélio Kruk
Contador CRC PR-054366/O-0

Andali S.A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	16.942	55.757
Contas a receber de clientes	9	37.531	37.555
Estoques	12	3.760	4.214
Impostos a recuperar	10	6.161	2.183
Outros créditos a receber	11	2.683	5.994
		67.077	105.703
Não circulante			
Outros créditos a receber	11a	809	933
Impostos a recuperar	10a	114	455
Investimentos	14a	13	13
Propriedade para investimentos	14	7.422	7.422
Imobilizado	15	187.960	187.290
Intangível	16	1.023	1.376
Ativos de direito de uso	25a	19.067	4.153
		216.409	201.642
		283.486	307.344

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	17	9.903	9.328
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	23.044	31.265
Adiantamento de clientes	19	11.778	52.585
Obrigações trabalhistas	20	4.102	2.691
Impostos a recolher	22a	11.384	14.274
Passivo de arrendamentos	25	7.996	4.255
Outros passivos	21	26.078	10.292
		94.285	124.690
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18a	91.505	102.982
Provisões para contingências	24	1.504	1.534
Outros passivos	21a	964	1.470
Impostos diferidos	23	3.495	3.923
Passivo de arrendamentos	25b	11.071	-
Adiantamento de clientes	19	12.284	-
		120.823	109.910
Patrimônio líquido			
Capital social	26	23.495	23.495
Reserva de capital	26a	1.451	1.451
Reserva de retenção Lucros	26	45.989	47.799
Prejuízos acumulados		(2.557)	-
		68.378	72.745
		283.486	307.344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andali S.A

Demonstrações de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Receita líquida de vendas	27	153.492	146.859
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	28	<u>(115.803)</u>	<u>(102.267)</u>
Lucro bruto		<u>37.689</u>	<u>44.593</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	28	(19.886)	(16.082)
Outras despesas operacionais, líquidas	28	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos		<u>17.803</u>	<u>28.510</u>
Despesas financeiras	29	(30.573)	(17.877)
Receitas financeiras	29	<u>4.888</u>	<u>890</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(25.685)</u>	<u>(16.987)</u>
Prejuízo / Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(7.882)</u>	<u>11.524</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	3.086	(7.667)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>428</u>	<u>-</u>
Prejuízo / Lucro líquido do exercício		<u>(4.368)</u>	<u>3.857</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andali S.A

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Resultado do exercício	(4.368)	3.857
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(4.368)</u></u>	<u><u>3.857</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andali S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros				Prejuízos acumulados	Total
					Reserva estatutária	Reserva especial	Reserva de retenção de lucros	Reserva de Incentivos Fiscais		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		23.495	15.005	924	5.945	11.892	1.809	-	-	59.070
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	3.857	3.857
Reversão de dividendos a pagar	26.d	-	-	-	-	10.781	-	-	-	10.781
Distribuição de dividendos	26.d	-	-	-	-	-	-	-	(964)	(964)
Reserva de dividendos a distribuir	26.d	-	-	-	-	1.928	-	-	(1.928)	-
Reserva estatutária	26.d	-	-	-	964	-	-	-	(964)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	26.d	-	-	-	(2.648)	(10.099)	(806)	13.554	-	-
Reconstituição de reservas	26.b	-	(13.554)	-	2.648	10.099	806	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>23.495</u>	<u>1.451</u>	<u>924</u>	<u>6.909</u>	<u>24.601</u>	<u>1.809</u>	<u>13.554</u>	<u>-</u>	<u>72.745</u>
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(4.366)	(4.366)
Absorção de prejuízo	26.d	-	-	-	-	-	(1.809)	-	1.809	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		<u>23.495</u>	<u>1.451</u>	<u>924</u>	<u>6.909</u>	<u>24.601</u>	<u>-</u>	<u>13.554</u>	<u>(2.557)</u>	<u>68.378</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Andali S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucros/Prejuízos líquido do exercício		(4.368)	3.857
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	15 16	13.782	15.402
Depreciação de arrendamento	25	15.401	14.959
Baixa de saldo residual do ativo imobilizado	15	757	267
Provisão para contingência	24	(30)	62
Despesas com juros variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	18	-	7.416
Juros de arrendamento	25	4.891	623
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	23	(428)	7.667
Apropriação de custo de captação (Fee)	18	2.961	775
Variações nos ativos e nos passivos			
Contas a receber de clientes	9	24	(17.758)
Estoques	12	(262)	(934)
Provisão para perda de estoques	21	11.749	(2.482)
Outros créditos a receber	11	3.436	(1.612)
Impostos a recuperar	10	(3.638)	1.974
Fornecedores	17	575	(980)
Obrigações trabalhistas	20	1.411	(3.172)
Impostos a recolher	22	590	9.397
Outros passivos	21	4.241	4.393
Adiantamento de clientes	19	(28.521)	43.572
		22.572	83.427
Impostos pagos	22	(3.479)	(3.391)
Juros sobre empréstimos pagos	18	(26.340)	(9.398)
		(29.819)	(12.789)
Fluxo de caixa líquido proveniente das / utilizado nas atividades operacionais		(7.247)	70.638
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	15 16	(14.856)	(4.471)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		(14.856)	(4.471)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos	18	120.000	-
Pagamento de empréstimos	18	(116.319)	(14.967)
Pagamento de arrendamentos	25	(20.393)	(15.862)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(16.712)	(30.829)
Aumento / (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa		(38.815)	35.338
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	55.757	20.419
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	16.942	55.757
Aumento / (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa		(38.815)	35.338

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Andali S.A é uma prestadora de serviços industriais e logísticos, que tem como principais atividades a industrialização, armazenamento e o carregamento e descarga a granel nos módulos ferroviário e rodoviário. Também atua com soluções de integração logística voltadas ao segmento de fertilizantes.

Em 30 de março de 2012 foi aprovada em Reunião de Sócios Quotistas a transformação da sociedade passando de sociedade por quotas de responsabilidade limitada para sociedade anônima.

Em 29 de junho de 2012 foi aprovada em Ata de Assembleia Geral Extraordinária a emissão de 500.000 novas ações, ao preço de emissão total de R\$ 38.000, subscritas pelo novo acionista CHS do Brasil Grãos e Fertilizantes Ltda.

A Companhia é uma sociedade por ações, estabelecida e domiciliada no Brasil, sede matriz localizada Rua Doutor Pedrosa, 151 – Conj 1702 – 17º Andar – Cond. The Five East - Curitiba - PR e filial em Rondonópolis - MT na Rodovia BR 163 - KM 94 - Lote 2ª s/n.

Em dezembro de 2020, a Companhia firmou contrato de cessão de uso e exploração de área junto à Companhia Rumo S.A. para construção de terminal de fertilizantes no município de Rio Verde, estado de Goiás, com vigência até 31 de junho de 2049. Esta cessão de uso e exploração de área poderá ser renovada, caso a concessão da área, firmada entre a Rumo S.A. e a Prefeitura de Rio Verde, também seja renovada. No caso de não renovação, os investimentos que não puderem ser desmobilizados serão disponibilizados à Rumo S.A. e, por conseguinte, à Prefeitura de Rio Verde, sem ressarcimento à Companhia. A cessão de uso da área é de caráter não oneroso, não havendo qualquer obrigação de pagamento à título remuneratório entre as partes. Este investimento permitirá a diversificação do portfólio de serviços prestados pela Companhia. No novo terminal, além da industrialização e armazenagem para terceiros, a Companhia faz a descarga ferroviária e o transbordo dos fertilizantes. O terminal iniciou suas operações em abril 2022.

Em 15 de março de 2023, conforme livro de registro de transferência de ações, ocorreu a venda parcial das ações da Companhia para a BRFétil S.A., conforme nota explicativa 26.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ (4.368) mil (2024: R\$ 3.857 mil), e fluxo de caixa operacional negativo em R\$ (7.247) mil (2024: R\$ 70.638 mil) bem como capital de giro líquido (CCL) da Companhia totalizou R\$ (27.208) mil (2024: R\$ (18.897) mil), refletindo uma estrutura de curto prazo

concentrada em debêntures e a alocação da captação em imobilizado, base geradora de caixa no modelo de armazenagem.

Em janeiro de 2026 A Administração da Andali, em conjunto com seus acionistas BRFértil e CHS, elaborou o planejamento estratégico e as projeções econômico-financeiras para o período de 2026 a 2030, as quais foram formalmente apresentadas aos acionistas.

O plano de negócios foi estruturado com base em premissas técnicas atuais contemplando:

- Projeções de crescimento de demanda e aumento do volume operacional;
- Consolidação de contratos estratégicos em fase avançada de negociação;
- Otimização da estrutura de custos e ganhos de eficiência operacional;
- Gestão ativa da estrutura de capital e das obrigações financeiras.

As projeções indicam trajetória de crescimento gradual da receita operacional a partir de 2026, com geração de EBITDA positivo ao longo do ciclo projetado, sustentado pela maior ocupação da capacidade instalada e pela diluição de custos fixos. A evolução das margens operacionais deverá contribuir para a recomposição da rentabilidade e fortalecimento da geração de caixa.

Adicionalmente, a Administração destaca que a Companhia conta com o suporte financeiro e institucional de seus acionistas, os quais vêm acompanhando a execução do plano estratégico e manifestaram seu compromisso de apoiar a Companhia, caso necessário, para assegurar a manutenção de suas operações e o cumprimento de suas obrigações no curso normal dos negócios.

Tal suporte poderá se materializar, se e quando aplicável, por meio de instrumentos societários ou financeiros adequados, incluindo, mas não se limitando a aportes de capital, reestruturação de passivos ou outras medidas de fortalecimento da liquidez.

Com base nas projeções aprovadas, no acompanhamento contínuo do desempenho operacional e no compromisso formal de suporte dos acionistas, a Administração entende que não há, na data de emissão das demonstrações financeiras, incerteza relevante que possa levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia para o horizonte previsível.

A Administração manterá monitoramento contínuo das premissas adotadas, revisando as projeções sempre que necessário, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis e com os princípios de prudência e transparência.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 27 de março de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas, quando aplicável.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem riscos significativos de resultar em um ajuste material dos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 9 – premissas utilizadas para a determinação da perda estimada de contas a receber de clientes;

Nota explicativa 14 – premissas utilizadas na determinação do valor de mercado divulgado das propriedades para investimento;

Nota explicativa 15 - determinação da vida útil dos ativos imobilizados e teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

Nota explicativa 24 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

Nota explicativa 31 - mensuração e classificação de instrumentos financeiros.

(iii) **Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas contábeis aplicáveis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Receita com clientes

Os ingressos e receitas operacionais são reconhecidos de acordo com os preceitos do CPC 47 “Receita de contratos com Clientes”.

As fontes de receita da Companhia são principalmente oriundas da prestação de serviços na industrialização, armazenamento, carregamento e descarga a granel de fertilizantes nos modos ferroviário e rodoviário. A Companhia reconhece a receita quando satisfaz todas as obrigações de performance referente ao serviço ou a venda da mercadoria ao cliente, de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente.

Os ingressos e receitas de prestação de serviços são reconhecidos tendo-se como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

Os ingressos e receitas de venda de produtos e mercadorias são reconhecidos quando (i) a obrigação de desempenho é cumprida, ou sejam, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente; ou seja, ocorre quando os produtos são entregues e aceitos pelos cliente em suas instalações (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos comerciais e bonificações.

Ao final de cada período, a Companhia estima o montante das vendas faturadas em que os serviços ainda não foram prestados e vendas faturadas em que as mercadorias ainda não foram entregues e aceitas pelos clientes em suas instalações. A Companhia também estima os serviços prestados, mas que ainda não foram faturados aos seus clientes.

Os ingressos e receitas são mensurados pelo valor justo recebido ou a receber, líquidos de devoluções, descontos comerciais, bonificações e quaisquer outras deduções similares.

b. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros; e
- Rendimentos com aplicações financeiras.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio ponderado de aquisição.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes para 2024:

Edificações	10 à 25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	4 a 5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Computadores e periféricos	5 anos

No exercício de 2025, a Companhia contratou consultoria especializada independente para revisão técnica das vidas úteis econômicas, dos valores residuais e dos métodos de depreciação aplicáveis aos ativos imobilizados, com o objetivo de assegurar que as estimativas contábeis estivessem alinhadas às condições operacionais, ao estado de conservação dos bens e à expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, em conformidade com o CPC 27 – Ativo Imobilizado.

Com base no laudo técnico de avaliação emitido pela consultoria, a Administração revisou as taxas de depreciação anteriormente praticadas e implementou, a partir de 1º de janeiro de 2025, novas alíquotas de depreciação gerencial, calculadas com base nas vidas úteis remanescentes estimadas para cada classe de ativo.

A referida revisão caracteriza-se como mudança de estimativa contábil, sendo seus efeitos reconhecidos prospectivamente no resultado do exercício, conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Descrição	a.a.
Maquinas e equipamentos	14 anos
Computadores e periféricos	6 anos
Moveis e utensílios	12 anos
Instalações	16 anos
Softwares	5 anos
Edificações	36 anos
Edificações sobre imóveis terceiros	15 anos
Veiculos administração	5 anos

(iv) ***Reclassificação para propriedade para investimento***

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é desmensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa mensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado. Contudo, na medida em que haja um montante previamente reconhecido como reavaliação dessa propriedade, a perda é reconhecida em outros resultados abrangentes e reduz a reserva de avaliação no patrimônio líquido.

g. Intangível

(i) ***Reconhecimento e mensuração***

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) ***Gastos subsequentes***

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

(iii) ***Amortização***

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis dos ativos intangíveis (softwares) foram estimadas em 5 anos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Propriedades para investimentos

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

As propriedades para investimentos estão demonstradas ao valor de custo, deduzidos de perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado, como receita operacional.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como ativo imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

Os valores justos divulgados na nota explicativa 14 são baseados nos valores de mercado, e o valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser negociada na data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado.

i. Instrumentos financeiros

(i) ***Reconhecimento e mensuração inicial***

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) ***Classificação e mensuração subsequente***

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são

reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) ***Desconhecimento***

Ativos financeiros

A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) ***Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) ***Instrumentos financeiros derivativos***

A Companhia não mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira.

j. Capital social – ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido.

k. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

l. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- reestruturação de um valor devido ao Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação.

A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) ***Ativos não financeiros***

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

m. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisões para contingências são reconhecidas apenas quando é provável que desembolsos de caixa ocorrerão e seu valor é determinado com base na estimativa das ações em curso.

As contingências de natureza fiscal, cível e trabalhista objeto de contestações judiciais são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas de divulgação.

n. Arrendamentos

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas mensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente medidos utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É mensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é mensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A partir de 1º de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. O Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de sobras ou perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

8 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2025	2024
Depósitos bancários em conta corrente	6.922	3.389
Aplicações financeiras	10.020	52.368
	<u>16.942</u>	<u>55.757</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa remunerados a taxas de 99,5% (99,5% em 2024) do Certificado do Depósito Interbancário – CDI.

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, tais aplicações financeiras foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxo de caixa.

9 Contas a receber de clientes

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2025	2024
Contas a receber de clientes	12.626	30.178
Contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa 30)	24.905	7.377
	<u>37.531</u>	<u>37.555</u>

Composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	2025	2024
A vencer	31.602	34.915
Vencidos até 30 dias	4.716	2.258
Vencidos de 31 até 60 dias	1.041	20
Vencidos de 61 até 90 dias	12	73
Vencidos de 91 até 180 dias	40	128
Vencidos de 181 até 360 dias	30	88
Vencidos acima de 361 dias	90	73
	<u>37.531</u>	<u>37.555</u>

O prazo médio de recebimento das vendas de produtos e serviços em 2025 é de 25 dias (25 dias em 2024). Em razão do baixo histórico de perdas da Companhia, a administração entendeu não haver necessidade de constituição da provisão para perdas de crédito esperadas.

10 Impostos a recuperar

	2025	2024
PIS e COFINS a recuperar (c)	285	242
ICMS a recuperar (a)	2.627	961
IRRF a recuperar (b)	589	143
IRPJ a recuperar (b)	1.519	1.195
CSLL a recuperar (b)	1.255	96
	<u>6.275</u>	<u>2.638</u>
Circulante	6.161	2.183
Não circulante	114	455

- (a) O crédito do imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS) é proveniente da movimentação com estoques de terceiros e aquisições de ativos imobilizados.
- (b) O saldo das contas de IRPJ e CSLL são provenientes de antecipações por pagamentos por estimativa e o saldo de IRRF é proveniente das movimentações de resgate das contas de aplicações financeiras. Uma parcela destes saldos ainda é referente ao Saldo Negativo de IRPJ e CSLL de anos anteriores, já disponibilizado em PER/DCOMP, sendo o valor de R\$ 716 mil referente ao IRPJ e R\$ 1.052 mil referente à contribuição social, tendo parte do IRPJ sido recuperado no período de dezembro/2025. Explica-se assim, a desproporcionalidade de saldos entre IRPJ e CSLL.
- (c) Saldo refere-se essencialmente ao crédito de PIS e COFINS sobre aquisição de ativos imobilizados, oriundos principalmente da construção da nova unidade em Rio Verde/GO, bem como, refere-se a recuperação de créditos de PIS e COFINS, como por exemplo, manutenções industriais e civil, locação de equipamentos, serviços de engenharia.

11 Outros créditos a receber

	2025	2024
Adiantamento à fornecedores	484	5.307
Despesas a apropriar	139	396
Depósito judicial	198	163
Outros créditos (a)	2.671	1.061
	<u>3.492</u>	<u>6.927</u>
Circulante	2.683	5.994
Não circulante	809	933

- (a) Saldo refere-se substancialmente ao seguro patrimonial HDI global Seguros.

12 Estoques

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2025	2024
Material de consumo	1.017	1.470
Material mecânico	46	399
Material para revenda	2.695	2.930
Outros	717	349
(-) Provisão para perdas dos estoques (i)	<u>(715)</u>	<u>(934)</u>
	3.760	4.214

- (i) A provisão de perdas nos estoques se refere, substancialmente, a identificação de impurezas nos estoques de fertilizantes, e por esse motivo a Companhia estima que incorrerá em perdas após o reprocessamento desses estoques, durante o ano de 2025, foi realizado os reprocessamentos e inventario de estoque e parte das perdas foram revertidas.

13 Estoques de terceiros em poder da Companhia

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Produtos para industrialização	144.480	163.485	230.936	238.907
Produtos para armazenagem	154.772	154.772	41.199	41.199
Embalagens	7.348	7.348	1.427	1.427
	306.600	325.605	273.563	281.534

A Companhia é responsável pela guarda e armazenamento de estoques de terceiros cujos termos e condições são previstos em contratos celebrados entre as partes que incluem, entre outros, margem de tolerância para eventuais perdas (“quebras”) decorrentes do manuseio e movimentação de tais estoques.

A Companhia possui controles sobre as quebras de estoques de terceiros onde, para o exercício de 2025, foi apurado o montante de R\$ 19.005 (R\$ 7.971 em 2024) de quebras, que estão superiores àquelas previstas em contrato, para o qual a Companhia realizou a provisão dos valores a pagar, vide nota explicativa 21.

Os saldos de estoques de terceiros em poder da Companhia são apresentados de maneira líquida entre ativos e passivos no balanço patrimonial.

14 Propriedade para investimento

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as propriedades para investimento incluem 1 (um) terreno da unidade de Paranaguá/PR, cujas operações foram desativadas no ano de 2018 e que, portanto, passaram a ser mantidos com a finalidade de valorização de capital.

A Companhia optou pelo método de mensuração a custo para fins de registros contábeis das propriedades para investimento. Conforme requerido pelo CPC 28 - Propriedade para Investimento, que requer, nestas circunstâncias, a divulgação do valor justo das propriedades para investimento.

A Companhia contratou uma empresa especializada que emitiu laudo de avaliação atestando o seu valor justo de R\$ 23.851 (R\$ 23.530 em 2024).

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

As propriedades para investimento têm o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração não identificou indicadores de que as propriedades para investimento poderiam apresentar questões envolvendo *impairment*.

15 Imobilizado

	Taxa média ponderada de depreciação	2025			2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil	Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Terrenos	-	4.200	-	4.200	4.200	-	4.200
Edificações	4% a 10%	156.708	(34.721)	121.987	152.587	(27.971)	124.616
Máquinas e equipamentos e instalações	10%	91.474	(33.114)	58.360	83.403	(28.140)	55.263
Veículos	20% a 25%	571	(129)	442	363	(175)	188
Móveis e utensílios	10%	1.517	(704)	813	1.420	(442)	979
Benfeitoria em imóveis de terceiros	4%	450	(125)	325	419	(125)	294
Computadores e periféricos	20%	2.843	(1.872)	971	2.364	(1.494)	870
Imobilizado em andamento	-	862	-	862	880	-	880
		258.625	(70.665)	187.960	245.636	(58.346)	187.290

A movimentação do ativo imobilizado está representada por:

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.200	121.826	60.568	41	1.034	296	995	9.247	198.207
Adição	-	890	2.127	213	278	-	296	583	4.388
Depreciação	-	(6.194)	(8.149)	(70)	(177)	(26)	(421)	-	(15.037)
Baixa de custo	-	-	(103)	(69)	(438)	-	(939)	-	(1.550)
Baixa de depreciação	-	-	58	69	244	-	913	-	1.283
Transferências (a)	-	8.095	763	4	38	24	26	(8.950)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.200	124.617	55.263	188	978	294	870	880	187.290
Adição	-	2.550	8.891	611	117	-	517	2.170	14.856
Depreciação	-	(6.750)	(5.935)	(103)	(263)	-	(378)	-	(13.429)
Baixa de custo	-	(4)	(1.282)	(403)	-	-	-	-	(1.688)
Baixa de depreciação	-	-	782	150	-	-	-	-	932
Transferências (a)	-	1.575	605	-	(20)	31	(38)	(2.152)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.200	121.988	58.360	443	813	325	971	862	187.960

(a) Refere-se a transferência a bens em andamento que foram reclassificados para as contas edificações, maquinas e equipamentos, benfeitorias, computadores e periféricos.

Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 – Ativo Imobilizado. Com base na análise da Administração sobre a expectativa de vida útil econômica e o padrão de consumo dos benefícios futuros dos ativos, a Companhia identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação (vidas úteis) anteriormente utilizadas para determinados grupos do ativo imobilizado.

As revisões envolveram os seguintes itens: máquinas e equipamentos, computadores e periféricos, móveis e utensílios, instalações, edificações, edificações sobre imóveis de terceiros e veículos administrativos. As novas taxas passaram a refletir de forma mais adequada a estimativa de vida útil econômica desses ativos.

Os efeitos da referida revisão foram reconhecidos prospectivamente, a partir da data da alteração, não havendo reapresentação de saldos comparativos, conforme previsto nas normas contábeis aplicáveis

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do seu valor recuperável, consequentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

16 Intangível

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	Taxa média ponderada de amortização	2025			2024		
		Custo	Amortização acumulada	Valor contábil	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil
Software	20%	1.416	(1.006)	410	1.382	(823)	559
Licenças ambientais	20%	818	(205)	613	817	-	817
		2.234	(1.211)	1.023	2.199	(823)	1.376

A movimentação do ativo intangível está representada por:

	Software	Licenças	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	847	817	1.665
Adição	83	-	83
Amortização	(352)	(13)	(365)
Baixa de custos	(209)	-	(209)
Baixa de amortização	202	-	202
Transferências	126	(126)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	698	679	1.376
Amortização	(353)	-	(353)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	344	678	1.023

17 Fornecedores

O saldo é composto por fornecedores de serviços e materiais no montante de R\$ 9.903 (R\$ 9.328 em 2024). O prazo médio de pagamento de fornecedores de serviços e materiais é de cerca de 30 dias para o ano de 2025 e 2024.

18 Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo é composto pelos seguintes valores:

Circulante	Taxa de juros (a.a.)	Vencimento	2025	2024
Debêntures - Banco Itaú	5,00% a.a. + IPCA	01/04/2026	1.367	12.232
Debêntures - Banco BTG	7,00% a.a. a 8,00% a.a.	01/04/2031	-	19.033
Debêntures - Banco Itaú 3ª emissão	2,25% a.a. +DI	01/07/2031	<u>21.677</u>	<u>-</u>
			<u>23.044</u>	<u>31.265</u>
Não circulante	Taxa de juros (a.a.)	Vencimento		
Debêntures - Banco Itaú	5,00% a.a. + IPCA	01/04/2026	-	3.058
Debêntures - Banco BTG	7,00% a.a. a 8,00% a.a.	01/04/2031	-	99.924
Debêntures - Banco Itaú 3ª emissão	2,25% a.a. +DI	01/07/2031	<u>91.505</u>	<u>-</u>
			<u>91.505</u>	<u>102.982</u>

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures está composta por:

Saldo em 31 de dezembro 2023	150.421
Provisão de juros	2.671
Atualização monetária	4.745
Custo de captação (Fee)	775
Amortização – principal	(14.967)
Amortização - juros e variações monetárias	(9.398)
Saldo em 31 de dezembro 2024	134.247
Adições	120.000
Custo de captação (Fee)	2.961
Amortização – principal	(116.319)
Amortização - juros e variações monetárias	(26.340)
Saldo em 31 de dezembro 2025	114.549

Em março de 2021, a Companhia captou via emissão de debêntures o montante de R\$ 146.000 para construção da unidade de Rio Verde/GO, com carência de pagamento do principal, sendo de 12 (doze) meses para o Banco Itaú e de 36 (trinta e seis) meses para o Banco BTG, a qual foi liquidada em Agosto/2025.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo era de R\$ R\$ 134.247 em 31 de dezembro de 2025 o saldo atualizado é de R\$ 114.549.

Vencimento da dívida no não circulante

	2025	2024
2026	20.281	17.789
2027	20.281	16.216
Após 2028	50.943	68.977
	91.505	102.982

Garantias

As garantias das debêntures relacionadas à captações do Banco Itaú e Banco BTG referente à construção da fábrica em Rio Verde/GO encontram-se evidenciadas a seguir.

Debentures

1º Emissão

A Companhia vem nos últimos exercícios buscando novas formas de financiamento, utilizando assim o mercado de capitais, fazendo a securitização ou cessão de seus ativos (recebíveis e contratos).

Em 15 de março de 2021, a Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de 40 (quarenta) debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, com valor nominal de R\$ 1.000 na data da emissão, totalizando o montante de R\$ 40.000, enquadrada nos termos da Instrução CVM 476.

Essa emissão foi lastreada por uma operação de securitização cujas debêntures foram distribuídas publicamente, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM n.º 47, de 16 de janeiro de 2009, estando a oferta restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385/1976. A oferta restrita foi registrada na ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais), exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, nos termos do inciso II do artigo 16 do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários” vigente desde 03 de junho de 2019.

As debêntures foram devidamente depositadas para: (a) distribuição no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTMV (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP 21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

A operação é garantida por:

- a) Alienação fiduciária do imóvel matrícula n.º 99.500, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rondonópolis, Estado do Mato Grosso, conforme contrato de alienação fiduciária firmado em 17 de março de 2021;
- b) Alienação fiduciária dos equipamentos, conforme contrato firmado em 17 de março de 2021; e
- c) Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios da companhia CHS Agronegócio Indústria e Comércio Ltda.

Esta operação contém cláusulas usuais de compromissos (“*covenants*”), relacionados a aspectos financeiros, as quais encontram-se evidenciadas nessa nota explicativa, logo abaixo.

2º Emissão

Em 17 de março de 2021, a Companhia realizou a 2ª (segunda) emissão de 106.000 (cento e seis mil) debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional, em série única, para colocação privada, com valor nominal de R\$ 1 na data da emissão, totalizando o montante de R\$ 106.000.

As debêntures são simples, não conversíveis em ações de emissão da emissora, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados.

Os recursos objeto da emissão está destinado para construção da unidade misturadora e logística, localizada no Município de Rio Verde/GO, objeto das matrículas 54.336 e 3.995 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Verde/GO.

As debêntures da emissão supra descritas se constituem uma colocação privada de debêntures, nos termos dos artigos 52 e seguintes da Lei das Sociedades Anônimas por Ações, não estando, portanto, sujeita ao registro ou dispensa de distribuição na CVM ou na ANBIMA. As debêntures não são registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário ou qualquer forma de custódia eletrônica, seja em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado. A colocação das debêntures será realizada de forma privada, exclusivamente para a debenturista, sem a intermediação de quaisquer instituições, sejam elas integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ou não, e não contou com qualquer forma de esforço de venda perante o público em geral.

A segunda emissão foi integralmente liquidada durante o ano de 2025.

3º Emissão

Em 15 de Julho de 2025, a Companhia realizou a 3ª (terceira) emissão de 120.000 (cento e vinte mil) debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da emissora R\$ 1.0000 na data da emissão, totalizando o montante de R\$ 120.000.

A operação é garantida por:

- (i) Alienação fiduciária do imóvel de propriedade da Emissora, objeto da matrícula nº 19.775 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná Alienação Fiduciária do Imóvel Paranaguá do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária Superveniente de Imóvel em Garantia e Outras Avenças Imóvel Paranaguá, a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Paranaguá; esta operação contém cláusulas usuais de compromissos ("covenants"), relacionados a aspectos financeiros, as quais encontram-se evidenciadas mais abaixo.
- (ii) a alienação fiduciária do imóvel de propriedade da Emissora e da CHS, objeto da matrícula nº 99.500 do Cartório de Registro de Imóveis da, Imóvel Rondonópolis Alienação Fiduciária do Imóvel Rondonópolis Instrumento Particular de Alienação Fiduciária Superveniente de Imóvel em Garantia e Outras Avenças Imóvel Rondonópolis" ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Rondonópolis"), a ser celebrado entre a Emissora, a CHS e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário da presente Emissão e da 1ª Emissão

de Debêntures ("Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Rondonópolis", e quando em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel.

- (iii) a alienação fiduciária dos equipamentos de titularidade da Emissora utilizados no Imóvel Rondonópolis e identificados no Anexo I do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Equipamentos em Garantia sob Condição Suspensiva a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário (Alienação Fiduciária de Equipamentos e Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos, respectivamente).

Compromissos ("covenants")

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui debêntures contratadas junto às seguintes instituições financeiras:

- Banco Itaú – 1ª emissão, com vencimento em março/2026;
- Banco BTG – 2ª emissão, liquidada em agosto/2025;
- Banco Itaú – 3ª emissão, adquirida em Setembro/25 com prazo de liquidação em 72 meses.

De acordo com os contratos firmados com as instituições financeiras, a Companhia deve cumprir determinadas cláusulas restritivas (covenants), bem como disposições relacionadas a inadimplimento cruzado (cross-default). O descumprimento dessas cláusulas pode caracterizar evento de inadimplimento, permitindo que os credores exijam o vencimento antecipado das dívidas.

Os covenants estabelecem que, anualmente, devem ser atendidos determinados índices financeiros, apurados com base nas demonstrações financeiras anuais, conforme abaixo:

Banco Itaú – Covenants:

1. Dívida Líquida / EBITDA

(Dívida Líquida corresponde ao saldo das debêntures de curto e longo prazo, deduzido de caixa e equivalentes de caixa; EBITDA - corresponde ao lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciação e amortização, acumulado nos últimos 12 meses).

- Limite de até 2,50x para os exercícios de 2025 e 2026;
- Limite de até 2,00x para 2027.

2. EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas

- Não aplicável para o exercício de 2025;
- A partir de 2026, deverá **ser igual ou superior a 3,0x** .

A Companhia obteve junto aos credores a concessão de waiver para eventual não atendimento pontual de determinados índices financeiros, não sendo caracterizado Evento de Vencimento Antecipado. A renúncia ou perdão temporário (waiver prévio) depende da aprovação de debenturistas representando, no mínimo, 75% das debêntures

em circulação. A Administração mantém o monitoramento contínuo dos referidos indicadores, com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações contratuais nos períodos subsequentes.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atendeu as condições contratuais de vencimento antecipado.

19 Adiantamento de Clientes

	2025	2024
CHS do Brasil Grãos e Fertilizantes Ltda. (i)	7.008	24.807
BRFértil S.A. (i)	12.692	27.464
Outros Clientes	4.362	314
 Circulante	 11.778	 52.585
Não circulante	12.284	-
	<u>24.062</u>	<u>52.585</u>

- (i) Em 2025, as concedentes dos adiantamentos BRfertil e CHS, firmaram um aditivo de contrato, postergando parte do valor para realização das compensações para o exercício de 2027, ajustando o cronograma originalmente estabelecido.

20 Obrigações trabalhistas

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2025	2024
Férias a pagar	1.107	992
FGTS	172	95
INSS	252	118
PPR - Participação nos lucros	1.975	551
Outros	596	935
	<u>4.102</u>	<u>2.691</u>

21 Outros passivos

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2025	2024
Seguros a pagar	2.113	5
Provisão de fornecimento de Rodantes	-	506
Dividendos a pagar exercício de 2025	964	963
Outras contas a pagar (a)	4.959	2.317
Provisão perda de Estoque de terceiros (b)	19.005	7.971
	<u>27.042</u>	<u>11.762</u>
	2025	2024
Circulante	26.078	10.292
Não circulante	964	1.470
	<u>27.042</u>	<u>11.762</u>

- (a) Saldo refere-se prestações de serviços de fornecedores diversos que foram provisionados, visto que as notas foram escrituradas em janeiro de 2026.
- (b) Trata-se de provisão de valores a pagar por perdas / quebras nos estoques de terceiros, que estão acima do estipulado contratualmente, a Companhia estima que incorrerá no desembolso desse valor para o ressarcimento aos clientes.

22 Impostos a recolher

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2025	2024
PIS e COFINS a recolher	2.940	402
ICMS a recolher	5.541	458
INSS a recolher	129	100
Outros impostos (a)	374	4.929
IRPJ/CSLL a recolher (b)	2.400	8.385
	<u>11.384</u>	<u>14.274</u>

- (b) Saldo de provisão de impostos (PIS, COFINS e ICMS), referente ao reconhecimento da provisão de receita de *Take or pay*;
- (c) Saldo refere-se IRPJ/CSLL sobre a receita de *take or pay*,

23 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação da alíquota de imposto efetiva

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	2025	2024
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(7.882)	11.524
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	2.680	(3.918)
Adições (exclusões)		
(+/-) Custos e despesas não dedutíveis	1.983	(290)
	4.663	(4.208)
Ativo fiscal diferido não constituído	(1.146)	(3.459)
	<u>3.557</u>	<u>(7.667)</u>
Corrente	3.089	(7.667)
Diferido	428	-

A alíquota utilizada nas conciliações apresentadas anteriormente é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos e compensar

Ativos diferidos

Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	<u>-</u>	<u>145</u>
--	----------	------------

Passivo diferido

Provisão de juros e custos de captação de debêntures	<u>(3.495)</u>	<u>(4.068)</u>
	<u>(3.495)</u>	<u>(3.923)</u>

24 Provisão para contingências

A Companhia é parte passiva em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, realiza análise das demandas judiciais pendentes constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2025	2024
Trabalhistas	282	150
Cíveis	783	737
Tributárias	110	647
	<u>1.175</u>	<u>1.534</u>

Para o ano de 2025, vide abaixo detalhamentos das contingencias:

	Trabalhista	Cíveis	Tributária	Total
Em 31 de dezembro de 2023	<u>124</u>	<u>774</u>	<u>574</u>	<u>1.472</u>
Pagamentos	(28)	(110)	(2)	(140)
Adição	54	73	75	202
Em 31 de dezembro de 2024	<u>150</u>	<u>737</u>	<u>647</u>	<u>1.534</u>
Pagamentos	(147)	(309)	(1.675)	(2.131)
Adição	278	355	1.139	1.772
Em 31 de dezembro de 2025	<u>282</u>	<u>783</u>	<u>111</u>	<u>1.175</u>

25 Arrendamentos

A Companhia arrenda propriedades, veículos, infláveis e estruturados para armazenagem. Esses arrendamentos normalmente duram entre 1 a 3 anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados individualmente e de acordo com cada contrato, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços.

Anteriormente, os arrendamentos de imóveis eram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R2).

Os contratos de baixo valor ou de curto prazo enquadrados na isenção da norma representados, substancialmente, por equipamentos de informática. A Companhia arrenda equipamentos de TI com prazos de contrato de um a três anos, mas considerados de baixo valor. A Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para esses arrendamentos, e nem os contratos cujo prazo é inferior a 12 meses.

A taxa de desconto utilizada foi com de 12,99% a.a.

O prazo contratual dos arrendamentos está em média de 36 meses.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Companhia é a arrendatária são apresentadas abaixo:

	<u>Ativo de direito de uso</u>	<u>Passivo de arrendamentos</u>
Em 31 de dezembro de 2023	<u>13.286</u>	<u>13.668</u>
Depreciação	(14.959)	-
Pagamentos de arrendamentos	-	(15.862)
Adições e reajustes	5.826	5.826
Ajuste a valor presente	<u>-</u>	<u>623</u>
Em 31 de dezembro de 2024	<u>4.153</u>	<u>4.255</u>
Depreciação	(15.771)	
Pagamentos de arrendamentos	-	(18.509)
Adições e reajustes	30.685	30.685
Ajuste a valor presente	<u>-</u>	<u>2.636</u>
Em 31 de dezembro de 2025	<u>19.067</u>	<u>19.067</u>

Em 31 de dezembro de 2025, os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	Pagamentos futuros mínimos	Ajuste a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos
Até um ano	16.431	2.636	19.067
	<u>16.431</u>	<u>2.636</u>	<u>19.067</u>

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia em 2024 e 2025, no montante de R\$ 23.495, está representado por 23.495.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, distribuído entre os acionistas da seguinte forma:

Acionistas	Participação	Quotas	Capital
CHS do Brasil Grãos e Fertilizantes Ltda.	50,00%	11.748	11.748
BRFétil S.A.	50,00%	11.747	11.747
	<u>100,00%</u>	<u>23.495</u>	<u>23.495</u>

Em 15 de março de 2023, conforme livro de registro de transferência de ações, ocorreu a venda parcial das ações da Companhia via transferência de 4.581 quotas para a BRFétil S.A., correspondente à 20% das ações da Companhia. A operação de compra e venda das ações da Companhia para o novo acionista BRFétil S.A. não envolveram a subscrição de novas ações, e somente a transferência das ações dos acionistas anteriores.

	Transferência		
Acionistas	Participação	Quotas	Capital
Vaccari Gonçalves Honding Ltda.	13,00%	3.054	3.054
Krug Holding Ltda.	7,00%	1.527	1.527
	<u>20,00%</u>	<u>4.581</u>	<u>4.581</u>

b. Reserva de capital

Em 29 de junho de 2012, foi aprovada em ata de Assembleia Geral Extraordinária, a emissão de 500.000 novas ações, ao preço de emissão total de R\$ 38.000, subscritas pela CHS do Brasil Grãos e Fertilizantes Ltda., correspondentes a 50% de participação no capital social da Companhia. Do preço de emissão total das novas ações ordinárias, R\$ 22.995 serão destinados como aumento de capital e R\$ 15.005 como ágio na emissão de ações em reserva de capital, conforme previsto na alínea "a" do parágrafo 1º do art. 182 da Lei 6.404/76.

Em 26 de dezembro de 2024, foi aprovada em ata de Assembleia Geral Extraordinária a criação de reserva de incentivos fiscais, onde a Companhia realizou a seguinte movimentação: Redução da reserva especial em R\$ 10.099 e transferência para a reserva de incentivos fiscais; redução da reserva estatutária em R\$ 2.648 e transferência para a reserva de incentivos fiscais; e redução da reserva de lucros em R\$ 806 com transferência para a reserva de incentivos fiscais.

Após essas transações, os Acionistas deliberaram para a reconstituição das reservas afetadas, por meio da Reserva de Capital de possuía um saldo de R\$ 15.005, foram realizadas as seguintes transferências: R\$ 10.099 para Reserva de Dividendos a Distribuir, R\$ 806 para Reserva de Lucros, R\$ 2.648 para Reserva Estatutária e restando o saldo de R\$ 1.451 na Reserva de Capital.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Conforme previsto no parágrafo 1º do art. 193 da Lei 6.404/76, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, amparada na Lei acima mencionada, a Companhia não constituiu a reserva legal.

d. Reserva de retenção de lucros

A reserva de lucros retidos refere-se ao saldo remanescente de lucros acumulados em exercícios anteriores e terá destinação estabelecida conforme for deliberado em Assembleia de Acionistas.

Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo de 75% do resultado do período ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Por meio de Ata de Assembleia Geral datada de 31 de dezembro de 2023, os acionistas da Companhia deliberaram e aprovaram por unanimidade a abertura de reserva especial para dividendos a distribuir.

Devido a supramencionada alteração proposta e aprovada, os acionistas também aprovaram a destinação do lucro líquido do exercício de 2022, 2023, 2024 e 2025 a ser realizada nas proporções mencionadas abaixo, as quais, quando aplicadas sobre os resultados auferidos ao final do exercício perfizeram os seguintes montantes em 2023:

- 25% transferido à conta de dividendos a pagar, no montante de R\$ 2.740;
- 50% transferido à conta de reserva especial para dividendos a distribuir, no montante de R\$ 5.479; e
- 25% transferido à conta de reserva estatutária, no montante de R\$ 2.739.

A distribuição do lucro líquido do exercício de 2024, segue nas mesmas proporções conforme mencionadas abaixo:

- 25% transferido à conta de dividendos a pagar, no montante de R\$ 964;
- 50% transferido à conta de reserva especial para dividendos a distribuir, no montante de R\$ 1.928; e
- 25% transferido à conta de reserva estatutária, no montante de R\$ 964.

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de dezembro de 2024, o saldo da conta de Dividendo a pagar foi transferido para a conta de dividendos a distribuir, no montante de R\$ 10.781.

e. Reserva de incentivos fiscais

A constituição da Reserva de Incentivo Fiscal no montante de R\$ 13.554 que foi formada a partir do saldo da Reserva Especial, Reserva Estatutária e Reserva de Lucros.

27 Receita líquida de vendas

A Companhia gera receita principalmente pela gestão de fertilizantes e na realização de serviços relacionados.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ao cliente, ou quando o serviço é prestado. A receita líquida da Companhia possui a seguinte composição:

	2025	2024
Receita mistura – N.P.K e Elemento	49.813	57.287
Receita de serviços	3.227	2.425
Receita de armazenagem	25.470	18.915
Receita de descarga	15.663	16.304
Revenda de mercadorias	13.208	33.149
Venda de produtos	38.925	31.640
Receita Take or Pay	24.886	20.651
(-) Impostos incidentes sobre vendas e descontos	<u>(17.702)</u>	<u>(18.624)</u>
	<u>153.490</u>	<u>146.859</u>

28 Custos dos serviços prestado, produtos vendidos e despesas administrativas e gerais

O custo dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais da Companhia possui a seguinte composição:

	2025	2024
Salários, encargos e benefícios	(52.768)	(49.831)
Depreciação e amortização	(14.033)	(15.402)
Depreciação de arrendamentos	(15.471)	(14.959)
Custo da mercadoria vendida	(24.289)	(8.059)
Manutenção e assistência técnica	(9.903)	(6.103)
Energia elétrica	(863)	(1.382)
Despesa com viagens	(722)	(1.552)
Provisões para contingências	373	(49)
Estadia de caminhão	(916)	(100)
Combustíveis e lubrificantes	(2.450)	(3.037)
Locação de rodantes	(268)	(1.543)
Locação Caminhão	(165)	-
Frete e carretos	(168)	(682)
Meio Ambiente	(2.809)	(705)
Seguros	(2.302)	(2.961)
Honorários	(2.665)	(2.535)
Material de Limpeza Expediente e Insumos	(1.342)	(531)
Consultoria	(359)	(1.893)
CIAP	(1.188)	(1.188)
Outros custos e despesas	(3.382)	(4.421)
	(135.689)	(118.349)
Reconciliação dos custos e das despesas por função		
Custos dos serviços prestados e produtos vendidos	(115.803)	(102.267)
Despesas administrativas e gerais	(19.886)	(16.082)
	(135.689)	(118.349)

29 Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Ganhos com aplicações financeiras	3.780	805
Outros	1.108	85
	4.888	890
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(146)	(189)
Juros sobre empréstimos	(16.054)	(9.398)
Juros de arrendamentos	(3.913)	(623)
Variação monetária financiamento	(5.276)	(6.752)
Descontos Concedidos (i)	(4.870)	-
Outros	(314)	(915)
	(30.573)	(17.877)
	(25.685)	(16.987)

- (i) O desconto registrado refere-se à negociação comercial dos adiantamentos de clientes, realizados em dezembro de 2024, junto à CHS e BRFertil. Foi concedido desconto na medida que ocorresse a emissão das notas devido acordo comercial.

30 Partes relacionadas

Os saldos de transações de contas a receber de partes relacionadas, adiantamentos de partes relacionadas e receitas com partes relacionadas referem-se a prestações de serviço de armazenagem e industrialização para a CHS Agronegócio - Indústria e Comércio Ltda e BRFFértil S.A., as quais são realizadas em termos e condições celebrados entre as partes, levando-se em consideração a estrutura da Companhia, podendo, portanto, ser diferentes caso realizados com terceiros que não fazem parte da Companhia.

	2025	2024
Receita de prestação de serviços	94.173	100.694
Contas a receber de prestação de serviços	24.905	7.377
Dividendos a pagar	964	964
Adiantamento de clientes (a)	19.699	52.271

- (a) Saldo refere-se adiantamento de clientes da CHS e BRFFértil, referente serviços armazenagem, industrialização, transbordo e venda de aditivo.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho da Administração e todos os administradores da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração por serviços prestados foi de R\$ 2.704 (R\$ 2.849 em 2024).

31 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não realizou operações com derivativos.

a. Classificações contábeis e valores justos

Valor justo versus valor contábil

O valor justo dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

2024					
	Nota	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e bancos	8	3.389	-	3.389	3.389
Aplicações financeiras	8	52.368	-	52.368	52.368
Contas a receber de clientes	9	37.555	-	37.555	37.555
Passivos					
Fornecedores	17	-	9.328	9.328	9.328
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	134.247	134.247	134.247
Passivo de arrendamentos	24	-	4.255	4.255	4.255
2025					
	Nota	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e bancos	8	10.020	-	10.020	10.020
Aplicações financeiras	8	6.922	-	6.922	6.922
Contas a receber de clientes	9	37.531	-	37.531	37.531
Passivos					
Fornecedores	17	-	9.903	9.903	9.903
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	114.549	114.549	114.549
Passivo de arrendamentos	24	-	19.067	19.067	19.067

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

Estrutura de gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta reflete aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle e monitoramento, estratégias específicas e determinação de limites.

A Companhia possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela alta Administração, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos da Companhia, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital da Companhia.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a contraparte de um instrumento financeiro não conseguir cumprir com suas obrigações contratuais, que podem surgir principalmente junto aos recebíveis de clientes. As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento análise de crédito.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 16.942 (R\$ 55.757 em 2024) nas demonstrações financeiras, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituição financeira de primeira linha.

Contas a receber e fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que oscilações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos serviços prestados pela Companhia, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se aos movimentos de preços.

Análise de sensibilidade

As despesas financeiras provenientes dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia são afetadas pelas variações nas taxas de juros, tais como o IPCA, e CDI. Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pela Companhia. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço.

Para o Cenário I, consideramos um incremento de 10% nas operações de empréstimos, financiamentos e debêntures nas cotações das taxas de juros, e para o Cenário II, um aumento de 20%.

Operações com empréstimos, financiamentos e debêntures (CDI e IPCA)

	Saldo em 2024	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação do IPCA				
Saldo	134.247	141.738	147.672	161.096
Impacto no resultado	-	7.491	13.425	26.849

(*) Considera elevação em 10%.

(**) Considera elevação em 20%.

	Saldo em 2025	Cenário provável	Cenário I (*)	Cenário II (**)
Elevação do CDI				
Saldo	114.549	119.428	126.003	137.458
Impacto no resultado	-	4.880	11.455	22.910

(*) Considera elevação em 10%.

(**) Considera elevação em 20%.

A taxa de fechamento em 31 de dezembro de 2025 utilizada para o cenário provável foi de 4,26%, considerando a taxa projetada seguindo o índice esperado pelo mercado financeiro para o ano de 2025.

* * *

Nelson Canato Junior
Diretor Presidente

Elis Daniele Senen
Diretora de Governança, Jurídico, Pessoas e Cultura
Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Comunicação

Selma J.Lopes V. Oliveira
Contadora CRC-PR 073344/O-6